

A República e o cidadão: propostas para o ensino de Educação Moral e Cívica no Paraná - (1906 a 1910)

The Republic and the citizen: Proposals for the teaching of Moral and Civic Education in Paraná - (1906 to 1910)

La República y el Ciudadano: propuestas para la enseñanza de la Educación Moral y Cívica en Paraná (1906-1910)

Marcia Ferreira Pinto Bogoni - Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná | Professora | Maringá | PR | Brasil. Contato: marciafpbogoni@gmail.com 

Elaine Rodrigues - Universidade Estadual de Maringá | Programa de Pós-graduação em educação - PPE/UEM | Maringá | PR | Brasil. Contato: elaineppuem@gmail.com 

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer circular os resultados de investigação desenvolvida por meio de projeto de pesquisa associado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. O procedimento definido para a pesquisa considerou as metodologias cunhadas no campo da História da Educação que tomam a Imprensa Pedagógica como foco de estudos. A análise se inseriu no campo da Nova História Cultural, mais precisamente, vinculou-se aos conceitos de Representação e Apropriação, desenvolvidos por Roger Chartier. Os resultados apontaram, nos discursos publicados no periódico, em consonância com os resultados de outros estudos divulgados pela historiografia da educação, sobretudo nos últimos 20 anos, o destaque ao ensino de Educação Moral e Cívica como elemento primordial na formação dos “recém-nascidos” cidadãos republicanos paranaenses.

Palavras-chave: História da educação. Cidadão republicano. Imprensa pedagógica.

Abstract: The purpose of this article is to circulate the results of research developed through a research project associated with the postgraduate program in Education of the State University of Maringá. The procedure defined for the research considered the methodologies coined in the field of History of Education that take the Pedagogical Press as focus of studies. The analysis was inserted in the field of New Cultural History, more precisely, it was linked to the concepts of Representation and Ownership, developed by Roger Chartier. The results pointed out, in the discourses published in the journal, in line with the results of other studies published in the historiography of education, especially in the last 20 years, the emphasis on the teaching of Moral and Civic Education as a primordial element in the formation of "newborn" citizens Republicans from Paraná.

Keywords: History of education. Republican citizen. Pedagogical press.

Resumen: El objetivo de este artículo es difundir los resultados de la investigación desarrollados a través de un proyecto de investigación asociado con el programa de posgrado en Educación de la Universidad Estatal de Maringá. El procedimiento definido para la investigación consideró las metodologías acuñadas en el campo de la Historia de la Educación que toman la prensa pedagógica como un foco de estudios. El análisis se insertó en el campo de la Nueva Historia Cultural. Por lo tanto, el análisis está vinculado al concepto de representación y apropiación de Roger Chartier. En los discursos publicados en la revista, en consonancia con los resultados de otros estudios publicados por la historiografía de la educación en los últimos 20 años, los resultados apuntan a la enseñanza de la Educación Moral y Cívica como un elemento primordial en la formación de los "recién nacidos" ciudadanos republicanos paranaenses.

Palabras clave: Historia de la educación. Ciudadano republicano. Prensa pedagógica.

• Recebido em 29 de junho de 2018 • Aprovado em 02 de maio de 2019 • e-ISSN: 2177-5796

DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2019v21n2p397-417>

Copyright © 2019. Conteúdo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Internacional da Creative Commons – CC BY-NC-SA – Atribuição Não Comercial (<https://br.creativecommons.org/licencas/>) – Permite distribuição e reprodução, desde que atribuam os devidos créditos à publicação, ao autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Introdução

Neste artigo foi abordada a renovação educacional, bem como as propostas para a inclusão de Educação Moral e Cívica, presente nos artigos publicados pela revista “A ESCOLA”, no período de 1906 – 1910. A pesquisa considerou as metodologias do campo da História da Educação, que tomam a imprensa Pedagógica como foco de estudos. A análise foi baseada nos conceitos de Representação e Apropriação, desenvolvidos por Roger Chartier.

Desde 1870, diversos projetos referentes à instrução pública foram apresentados (1870/1873/1874/1879/1882/1883/1888), evidenciando que, para a sociedade e para os políticos, a educação já era tema de debates décadas anteriores ao lançamento do periódico “A Escola”, no ano de 1906, em Curitiba.

Num contexto anterior a publicação da revista “A Escola”, a historiografia demonstrou que houve um movimento brasileiro intenso, no que se refere à instrução pública. Sobre esse contexto, Maria C. G. Machado (2005) explorou o Decreto 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879) e os Pareceres de Rui Barbosa (1882 - 1883) destacando que os debates defendiam que o investimento da educação “estava relacionado à importância da formação do cidadão-eleitor” (MACHADO, 2005, p. 93). De acordo com Machado (2005), as mudanças sociais e econômicas, com o fim da escravidão e a Proclamação da República, criaram uma demanda por trabalhadores e cidadãos.

“A Escola” foi concebida nesse contexto. Não é nosso intuito discorrer sobre as características dos decretos. Nosso propósito foi destacar que, nesse período, houve uma propagação dos debates, para a reformulação do ensino e que o modelo considerado adequado privilegiava “projetos para modernização da sociedade”. Ou seja, entendiam que a instrução renovaria a sociedade, ao difundir valores morais, civis e patrióticos, além da instrução intelectual.

No Paraná, uma das revistas dirigidas aos professores foi “A Escola”, impressa em Curitiba, que esteve em circulação no Estado do Paraná, entre os anos de 1906 – 1910 e 1921. Contudo definimos, como recorte temporal, de 1906/1910. Durante este período, o periódico foi dirigido pelos mesmos membros, que era uma iniciativa da diretoria do Grêmio dos Professores do Paraná, e tendo como redator chefe Dario Vellozo. Já na edição de 1921, observamos mudança na direção do Grêmio dos professores e dos redatores da revista, e, por esse motivo, não foi considerado as edições do ano de 1921.

Seu primeiro exemplar foi impresso pela tipografia a vapor “Impr. Paranaense”, em fevereiro de 1906, sendo que o valor da assinatura possibilitava a aquisição por 1 ano ou por 6 meses, o valor era de 6\$000 anual e 4\$000 para o pedido semestral, porém não há dados sobre a tiragem.

O redator-chefe, em 1906, era o inspetor da capital, o Dr. Sebastião Paraná, que permaneceu até o mês de julho. A partir de agosto assumiu o cargo Dario Vellozo, profissional da educação, que permaneceu como redator chefe até a última edição da revista, no ano de 1910. Os demais integrantes do grupo, que estavam envolvidos com a publicação do periódico, eram ligados à educação e ao grêmio dos professores do paraná. Observamos que o periódico, apesar de ser apresentado inicialmente como uma publicação mensal, na prática não houve uma regularidade no intervalo de tiragem entre as publicações.

Esse periódico compartilhava a concepção da educação para o progresso da nação e defendia a necessidade de renovação do ensino. Além da educação intelectual, o ideal era que as crianças aprendessem os valores morais, cívicos e desenvolvessem o sentimento de patriotismo.

Numa abordagem mais recente da História Cultural, o autor Roger Chartier (1991, 2002) apresentou a interpretação do mundo como representação, constituído pelas noções de Prática, Representação e Apropriação. Esses princípios podem ser entendidos como conceitos que se relacionam e se complementam.

Para Chartier (2002), a Cultura abrange as relações entre os objetos culturais, que são produzidos pelas práticas e representações existentes, e os sujeitos que produzem e recebem essa cultura. Nas palavras de Chartier, o estudo da cultura teria por objetivo “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002, p. 16-17).

As práticas culturais, conforme as palavras Chartier (1991, 2002), se configuram por serem os objetos culturais produzidos por uma sociedade e pelos modos como essa sociedade interpreta as relações e costumes gerados. A sua representação se configura pela forma como a realidade social foi dada a ler e pelo modo como foi vista. A representação é inseparável da prática e a apropriação é a forma como os sujeitos leem e veem o mundo e, desta forma, atribuem sentidos.

A revista “A Escola” se caracterizou como uma prática cultural, não só por ser um objeto de cultura produzido por um grupo de determinada sociedade, mas também, pelos usos e costumes que o periódico pretendeu produzir. Além de ser um produto cultural, “A Escola”

também gerou cultura (ao proporem padrões de comportamento, costumes, atitudes etc.). A observação dessas práticas complementa o entendimento das representações, ou seja, a representação do grupo, em relação ao ensino, gerou práticas para defesa de adequações nas instituições escolares de ensino público primário no Paraná, na primeira década do século XX.

A representação do ensino para “A Escola” estava associada ao civismo¹ e ao engrandecimento da pátria, havendo a necessidade de novas práticas para consolidar a nova sociedade republicana e seus costumes. Ou seja, a revista “A Escola” é um objeto de cultura que, para ser produzido, mobilizou um grupo que compartilhava de práticas e representações que, por sua vez, ao ser distribuído o periódico, também pretendeu difundir novas representações e influenciar novas práticas.

Chartier (1991) destacou que sua reflexão metodológica considera o estudo crítico do texto, a história dos livros e a análise das práticas. Para Chartier (1992), o processo de produção de sentido dos impressos deve considerar as relações entre o texto gerado pelo autor, as intenções do editor (suporte e edição do impresso) e o leitor (ato que gera a apropriação). De acordo com Chartier (1991), é na leitura que se constrói sentidos e os vários significados. A leitura possui seus modos de ler, que, de acordo com Chartier, é múltiplo, como se pode verificar em:

[...] os que podem ler os textos, não os leem de maneira semelhante, e a distância é grande entre os letrados de talento e os leitores menos hábeis, [...]. Contrastes igualmente entre normas de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, usos do livro, modos de ler, procedimentos de interpretação. Contrastes, enfim, entre as expectativas e os interesses extremamente diversos que os diferentes grupos de leitores investem na prática de ler. De tais determinações, que regulam as práticas, dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos, e lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito (CHARTIER, 2002, p. 17).

Em outras palavras, para compreender a construção do sentido, devemos considerar as relações entre o texto (estratégia da escrita do autor), o impresso (estratégia do editor e suporte) e a leitura para a compreensão da apropriação. “A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180).

¹ O civismo presente nos discursos remetem ao fortalecimento da República e a necessidade da formação de cidadãos que, além de reconhecerem as instituições também estejam cientes dos seus deveres e direitos, pois desta forma estariam contribuindo para o progresso social.

Na perspectiva de Chartier (1991), o intuito é compreender as representações e práticas que constroem e dão significado ao mundo social, evidenciando as posições e interesses dos grupos ou indivíduos.

Os interesses debatidos na revista “A Escola” já estavam sendo abordadas por outros autores, décadas antes do seu lançamento, como, por exemplo, a obra “A Educação Nacional”, escrita por José Veríssimo (1985). Em sua análise, Veríssimo destacou a importância da educação para reformar e restaurar o povo e a nação. Compreendia que era necessário conhecer outras experiências, para analisar o que poderia ser aplicado no Brasil.

Nesta primeira publicação, de 1890, Veríssimo demonstrou entusiasmo com a República, porém, alertava que o novo regime não garantiria a regeneração da pátria. Para o autor, o elemento, capaz de renovar e melhorar o país, era o povo. Neste sentido, seria necessário reformar e restaurar o povo, por meio da educação para o bom desempenho da República.

Contudo, Veríssimo (1985), em sua análise da situação do país, alegava que no Brasil seus cidadãos eram alheios à pátria e que o sentimento regional era maior que o sentimento nacional. Segundo o autor, contribuíam para esta situação, não só a grande extensão do território brasileiro, pois havia poucas vias de comunicação e a população ficava isolada em suas localidades, mas, também, a falta de uma educação pública nacional e de um jornalismo atento às questões da nação.

A falta de patriotismo, afirmava Veríssimo (1985), era um risco para a unidade da República. Para afastar o espírito separatista, defendia que a educação deveria ser nacional. Veríssimo também demonstrou, nesse livro, sua preocupação com a situação do país. Seu objetivo foi mostrar como a instrução pública precisava desenvolver o espírito brasileiro e indicar como deveria ser o ensino que favorecesse o desenvolvimento da pátria.

Na reedição, em 1906, foi incluído pelo autor o prefácio “A Instrução no Brasil Atualmente”, de grande relevância para a História da Educação no Brasil, pois nele apresentou sua visão sobre a situação do ensino nos primeiros anos da República. Veríssimo (1985) revelou sua decepção com o novo regime, ao lamentar que, apesar do primeiro governo da República ter criado um Ministério Especial da Instrução, as reformas realizadas não trouxeram melhorias necessárias para o ensino público. “Precisamos acabar de uma vez com a espetaculosidade de regulamentos, programas, instituições e organizações que ficam na prática sem nenhuma realidade” (VERÍSSIMO, 1985, p. 16). Para Veríssimo, as reformas propostas pelo Ministro Benjamim Constant eram defeituosas e poucas foram colocadas em prática.

Entendemos a decepção do autor, se considerarmos que, para ele, a educação nacional teria uma função de ordem moral e promoveria a elevação da nação, ao desenvolver na população sua capacidade física, intelectual, moral e o sentimento pátrio. Na sequência foi destacado o debate em relação à renovação educacional no contexto do início da República.

2 Renovação educacional

Rosa Fátima de Souza (1998) destacou que, desde o final do século XIX já havia debates em relação ao ensino público. A escola para os educadores do final do século XIX, de acordo com Souza (1998), representava a valorização da racionalidade e uma forma de consolidar o regime republicano. Neste sentido, houve a articulação das ideias de uma educação integral, com a necessidade de homogeneização cultural.

Para intelectuais e reformadores, a formação do homem moderno exigia uma soma maior de conhecimentos. Ancorados nos princípios da ciência, da valorização da educação moral e cívica e nas exigências da preparação para o trabalho, iniciaram a construção de um projeto cultural a ser operacionalizado pela escola (SOUZA, 1998, p. 170-171).

Assim, acrescentou Souza (1998), o conhecimento literário, predominante no Brasil, foi sendo substituído pela ideia de uma educação baseada no conhecimento científico. Com a valorização da ciência, permitiu-se que a escola fosse leiga, substituindo a moral religiosa pelo civismo e a formação do cidadão. Os grupos de intelectuais compartilhavam a ideia de que a educação, baseada na ciência, prepararia o homem moderno e, conforme a análise de Souza (1998), esses preceitos já estavam presentes na reforma da instrução pública de São Paulo, em 1892. O projeto previa três grupos de matérias: saberes elementares, matérias da natureza e a formação moral, cívica e instrumental.

A Educação Cívica neste programa daria a base da formação do cidadão republicano, fazendo o indivíduo compreender o significado e o papel do cidadão em relação ao Estado. Com relação à educação moral, destaca Souza (1998), aplicavam-se os princípios de civilidade e bons costumes. Essas modificações demonstravam que o projeto estava em sintonia com os anseios da sociedade da época e nas décadas seguintes, esse projeto modernizador baseado na cientificidade, continuou em debate.

Souza (2000) observou que essas discussões, ocorridas durante o século XIX, facilitaram a circulação das ideias e a propagação dos modelos educacionais oferecidos pelos países

considerados os mais civilizados daquele período. Buscavam o melhor modelo para a organização pedagógica, métodos de ensino, currículos, livros, formação dos professores, organização do tempo e dos espaços escolares mais adequados, bem como a melhor forma de implantá-las.

Sobre o tema da renovação educacional, Machado (2004) destacou que, no final do século XIX, Rui Barbosa já defendia uma reforma no ensino popular associado à noção de transformação social, destacando a responsabilidade do Estado na organização do ensino. “Por meio da reforma educacional, afirmava nos pareceres sobre a educação, seria possível formar o indivíduo apto para o trabalho livre” (MACHADO, 2004, p. 75). Para isso, era necessária uma reforma do currículo, incluindo conteúdos direcionados a formação para o trabalho.

Cabe ressaltar que, de acordo com Souza (2000), a proposta de Rui Barbosa já apresentava a reforma curricular. Inspirado nas ideias que circulavam em âmbito mundial, os projetos se direcionavam para o desenvolvimento da nação, para a modernização do país e para disciplinar e moralizar o povo. Souza (2000) e Carvalho (1998) partilham da ideia, que foi durante o século XIX que ocorreu o processo de substituição de uma cultura literária para uma cultura científica.

Contudo, Souza (2000) e Carvalho (1998) entendem que a renovação pedagógica e curricular continuou a reproduzir uma distinção entre a educação para a elite e para os trabalhadores. “No secundário o debate girou em torno da cultura humanística ou clássico-literário e a cultura moderna, cujas referências se ancoravam no progresso científico e no caráter nacional (língua e literatura do país, história e geografia)” (SOUZA, 2000, p. 14-15). Observamos que a proposta de reforma educacional dos artigos da revista “A Escola” (principalmente nas propostas de Dario Vellozo para o curso de formação de professores primários e a proposta da Escola Moderna) compartilhava das ideias desenvolvidas desde o final do século XIX, com Rui Barbosa, e ainda presentes nos debates no início do século XX.

Devido a esse debate, a crença no poder da escola para o progresso, para a modernização do país e para a mudança social, adequada à nova sociedade industrial e urbana, o tema da renovação do ensino teve grande aceitação. No Paraná, no início do século XX, este tema esteve presente em debates, sendo a revista “A Escola” um dos veículos de divulgação dessas ideias. Em 1906, a necessidade de providenciar uma renovação no ensino paranaense foi abordada por Sebastião Paraná, em seu artigo inaugural afirmou que a prioridade da escola deve ser:

[...] alevantamênto do caracter da criança, desenvolver-lhe o raciocínio, pouco se importando com a memória, filtrando-lhe no espirito sentimentos de piedade e de probidade e preparar-lhe o coração para vibrar quando necessário fôr: quer lamentando os desastres nacionaes, quer exultando com os triumphos, com as alterosas conquistas da Pátria. E' assim que se erige a educação cívica, tão necessária e imprescindivel mesmo para o progresso geral da nação (PARANÁ, 1906, p. 1-2).

Sebastião Paraná (1906) demonstrou sua opinião, de que o conhecimento adquirido na escola deveria ser mais útil e a formação deveria ser completa (intelectual, física e moral) para proporcionar o desenvolvimento da sociedade. Nesta preparação, a Moral e o Civismo seriam responsáveis por desenvolver o sentimento patriótico, considerado essencial numa República.

Um dos colaboradores da revista, Dario Vellozo, defendia a renovação educacional no Paraná e atuou ativamente para a concretização de novos projetos, e utilizou outros periódicos, além da Revista “A Escola”, como uma das ferramentas para divulgação das propostas e defesa da necessidade de renovar o ensino. Conforme observa Andrade (2007), a trajetória de Dario Vellozo demonstra que tinha contato com os vários debates educacionais.

Neste primeiro exemplar, além do discurso de Sebastião Paraná, houve mais textos com discursos a favor da renovação educacional como, por exemplo, o texto de Olavo Bilac (1906), que defendeu que a escola republicana, para atender às necessidades dessa nova sociedade, precisava ser diferente, pois a instrução pública era considerada como fundamental para o desenvolvimento da nação.

De acordo com o texto de Bilac (1906), a finalidade era preparar as crianças para serem adultos conscientes e preparados para a vida. Bilac, em seu artigo, ainda afirma que o ensino até então era considerado muito teórico e inútil para a vida prática. Em seu entendimento, a moral era importante para a vida adulta e, nos artigos da revista, houve uma preocupação na propagação das virtudes, do nacionalismo e patriotismo para incutir nas crianças o bom caráter, o nacionalismo e o amor à pátria.

Contudo, a revista “A Escola” não foi o único veículo de divulgação de um novo projeto educacional em Curitiba, no início do século XX. Conforme assinala Andrade (2007), os projetos do campo educacional, desenvolvidos em Curitiba, concomitante ao período de circulação da revista “A Escola”, construíram “[...] um espaço de reflexão e contestação em relação às questões educacionais” (p. 192). Como exemplo de revistas, a autora destacou além da revista “A Escola”, a revista “O Cenáculo”, “Pátria e Lar” - (Essa revista foi estudada por Rosany Joicy Melo (2016) - conforme consta nas referências), “Fanal” e “Brazil-Cívico”.

Andrade (2007) afirmou que as revistas pedagógicas foram um veículo eficiente para a divulgação dessas novas ideias e Dario Vellozo se utilizou delas para atrair mais jovens. Andrade ainda destacou que, no início da República, a imprensa adquiriu importância pela sua aceitação social e, devido a isso, o uso da imprensa gerou uma “[...] disputa acirrada entre diferentes grupos pela circulação de suas respectivas representações de mundo” (p. 194).

Conforme destaca Eleutério (2012), durante a Primeira República (1889-1930), a imprensa brasileira vivenciou um período de transformações. Em seu estudo afirmou que a diversificação da imprensa decorreu das inovações tecnológicas, que permitiram inserir ilustrações e aumentaram a capacidade das tiragens. As novas técnicas auxiliaram para a melhoria da qualidade de impressão e diminuição do custo, conseqüentemente, aumentaram o público consumidor dos impressos, importante veículo de comunicação que informavam, faziam propaganda etc.

Além da inovação técnica, Eleutério (2012) acrescentou que para o crescimento da imprensa foram importantes os investimentos na alfabetização e na produção de papel, que ocorreram nos primeiros anos da República no Brasil. Contribuíram para a produção editorial outros meios de comunicação, como o telefone e telégrafo, pois adiantava o acesso da redação às notícias para serem publicadas.

A revista pedagógica “A Escola” foi um periódico contemporâneo a este período de efervescência da imprensa republicana e o seu conteúdo privilegiava questões relacionadas ao ensino público primário no Estado do Paraná.

Em 1907, edição n. 5, maio, encontramos o artigo Subsídios Pedagógicos, escrito por Dario Vellozo, no qual enalteceu a opulência do país, da natureza, cultura agrícola, comércio e indústrias, falou das raças e da miscigenação, destacando as virtudes. Após essas colocações, o autor afirmou que no Brasil há condições para o progresso e o que faltava era a escola. Em seu discurso, defendeu a urgência na reforma da instrução popular para o Brasil atingir a hegemonia sul-americana: “Precizamos de ENSINO NACIONAL que faça brasileiros, que faça cidadãos, que faça homens; não seres exgotados por excessivo trabalho mental, em cursos quasi inúteis na luta pela existência” (VELLOZO, 1907b, p. 48). Dario Vellozo defendeu que o ensino tinha que ter conhecimentos utilitários e destacou necessidade de desenvolvimento da agricultura para o desenvolvimento do comércio e da indústria.

A defesa de uma reforma na instrução popular foi retomada no exemplar de 1907, n. 6-7, junho/julho da revista, no artigo: Epístolas Pedagógicas IV, escrito por: Francisco. Ribeiro de

Azevedo Macedo. Neste artigo Macedo defendeu a educação popular numa carta destinada ao Presidente do Estado, o Sr. João Candido Ferreira. Em seu conteúdo, Macedo reconheceu que o Governo não negligenciava a educação e tentou sensibilizar para a necessidade de estimular leis e instituições: “[...] aperfeiçoar o individuo para aperfeiçoar a coletividade” (MACEDO, 1907, p. 68). Em seu entendimento, a educação seria o caminho para solucionar os problemas do futuro e que essa educação não poderia negligenciar as mulheres e os operários, ou seja, para esses Macedo propôs que houvesse escola noturna.

O tema da necessidade de modificações no ensino era recorrente no periódico. Em 1907, n.8-9, agosto/setembro, o tema foi retomado com Dario Vellozo, que abriu a edição com o artigo: Subsídios Pedagógicos; da Instrução Pública. Neste texto, Vellozo destacou a função do professor e do Estado para melhorar a educação e assim melhorar a sociedade: “O Estado faculta e facilita a instrução e a educação; o indivíduo transforma-se em cellula consciente na collectividade” (VELLOZO, 1907c, p. 108). Com este raciocínio, afirmou que se os governantes não proporcionassem boa instrução para a população estariam prejudicando os cidadãos e contribuindo para a decadência do país.

Em seu discurso, Vellozo (1907c) demonstrou que seus argumentos foram baseados nas obras de Edmond Demolins e Rocha Pombo, referente à sua obra escrita em 1900, “Grande Problema”, na qual destacou que a crise das profissões liberais seria resultado da organização do sistema de ensino. Neste mesmo número, Dario Vellozo (1907c) transcreveu um capítulo da obra de Rocha Pombo, no qual falou sobre a Escola Modelo na Inglaterra.

Vimos em alguns discursos que as experiências educacionais e progressos de outros países foram usados para comparar o nível de desenvolvimento, associando com a forma educacional. Esse tipo de argumento foi apresentado por Armandio Sobral, que escreveu um artigo destacando o exemplo do Japão, na edição n. 2, ago/set. (1907). De acordo com Sobral (1907), o Japão era uma das nações mais adiantadas, pois teve a influência da educação. Ao descrever a situação da instrução pública no Japão, defendeu que no Brasil o governo deveria melhorar a instrução pública para tornar-se um país próspero.

A discussão sobre a urgência em uma renovação educacional foi retomada em 1908, edição n. 2, maio/junho. O artigo: O Ensino Nacional, escrito por Manoel P. Frazão, discorreu sobre a importância do ensino para a salvação da pátria. Seus argumentos sugeriam a aplicação

da pedagogia moderna² e seus autores para atingir o desenvolvimento do Brasil, conforme as experiências de outras nações mais avançadas que atingiram o desenvolvimento. Frazão (1908), em seu discurso, afirmou que era o momento para tentar um esforço de melhorar o ensino para garantir a prosperidade.

Ainda em 1908, n. 6-8, outubro/dezembro, no artigo: A Escola Moderna, Vivaldo Coaracy fez uma crítica aos pais que desejavam que o filho tivesse o título de bacharel, pois, segundo o autor, esse tipo de ensino impedia o progresso da economia, dos comércios, agricultura e indústria. Coaracy (1908) afirmou que a escola atual encaminhava o país para a burocracia. Neste sentido, o autor defendeu a necessidade da Escola Moderna que privilegiasse os ensinamentos utilitários, teóricos e práticos, preparando o aluno para a agricultura, comércio, indústrias e as artes.

Os artigos acima relacionados abordaram a necessidade da reforma do ensino, associando ao progresso social. Segundo Dario Vellozo (1909a), a Escola Moderna teria por finalidade preparar a juventude para a sociedade e para o trabalho. A indiferença com a instrução pública era o motivo de sua crítica aos governantes: “[...] Os Estados pertencem aos povos; e estes possuem o direito de pedir contas aos seus comissionados. Os governos não têm direitos, têm deveres; a soberania só pertence ao povo” (VELLOZO, 1909a, p. 10). Nesse seu artigo A Escola Moderna, publicado na edição n.1/ junho, Dario Vellozo (1909a) demonstrou a preocupação e a revolta com a situação do país, visto que, em seu entendimento, sem a educação adequada o desenvolvimento do país se prejudicaria.

Com essa afirmação, Dario Vellozo (1909a) lamentava o fato do Governo não implantar novas metodologias de ensino da Escola Moderna e criticava os políticos pelo abandono da instrução pública. Citou Paulo Tavares, na obra Questões de Ensino, na qual alegava que a República precisava de cidadãos e não de súditos. Conclui que a Escola Moderna faria bons cidadãos.

Vellozo criticou a escola daquele período e novamente defendeu a necessidade de reforma do ensino, no exemplar de 1909, n. 2-3, julho/agosto, no texto Subsídios Pedagógicos, no qual argumentou sobre as vantagens do ensino cívico. Observe leitor:

A instrução popular visa a educação cívica. Armar o futuro cidadão para vencer na vida e promover a prosperidade do Estado, é primordial dever dos governos. A ignorância leva à decadência. Sem instrução utilitária e sem educação cívica o homem não se pode

² Sobre as noções de pedagogia moderna no final do século XIX e início do século XX ver: Rosa Fátima de Souza, Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910.

transformar em factor de riqueza, nem saberá cumprir sua missão patriótica. (VELLOZO, 1909b, p. 55).

Para Dario Vellozo (1909b) a educação e o civismo foram os principais argumentos para justificar a urgência de reformular o ensino, que levaria ao desenvolvimento do Estado. Nesta mesma edição, Dario Vellozo apresentou outro artigo, Ainda a Escola Moderna, no qual além de reafirmar a necessidade da renovação educacional para o progresso, o autor destacou as vantagens da Escola Moderna. Segundo Vellozo (1909c), a Escola Moderna seria adequada às necessidades, pois foi pensada de acordo com os preceitos da pedagógica moderna e experiências de outros países.

Em 1910, n. 4-6, abril/junho, observamos que além do ensino cívico também foi mencionado a educação esthetica para a melhoria educacional. Foi transcrito uma parte do texto de Veríssimo de Souza, O Prisma da Educação Com Suas Quatro Cores, que foi lido na sessão do dia 23 de dezembro, no Congresso dos Professores. Na revista, o título dado foi Educação esthetica e com a proposta de inclusão do ensino estético, observamos que a renovação do ensino esteve na pauta do evento. Veríssimo de Souza destacou, nesse texto, as vantagens da estética para a vida do homem e também afirmou que o povo brasileiro tem uma tendência natural para a arte, à estética e o belo. “Somos um povo patriota, heroico, inteligente e propenso às artes plásticas” (SOUZA, 1910, p. 211).

De acordo com Veríssimo de Souza (1910), a intenção do ensino estético não seria de formar artistas, mas sim desenvolver nas crianças o sentimento pela arte e o belo. Em sua compreensão, influenciados pela estética, os hábitos do povo seriam modificados e aumentaria a sua inteligência, fazendo do Brasil um país hegemônico e admirado universalmente, pois era dotado de muitas belezas naturais e superiores aos outros países. “Que grande influência os bellos panoramas da Suissa e da Hollanda não exercem nos destinos daquelles povos que são a admiração do mundo!” (SOUZA, 1910, p. 211). Para concluir seu discurso, afirmou que o Brasil seria a primeira nação do mundo, quando a educação nacional fosse a prioridade para o povo e para os governos. Afirmou ainda que o povo brasileiro tem todas as condições para fazer do país a primeira nação do mundo, e que faltaria: “Só ensinar o civismo á infância, trabalhar pela educação do povo, tornando assim o Brazil a nação que terá ainda a hegemonia universal no concerto das nações” (SOUZA, 1910, p. 211).

As críticas ao ensino daquele período e a defesa de uma renovação educacional abriu a última edição de 1910. O texto inicial escolhido foi uma das palestras de Dr. Claudino dos Santos

(1910), realizada em conferência sobre a instrução pública no ano 1910, intitulada: Ligeira Excursão Pelos Domínios da Psychologia do Ensino, o Dr. Claudino dos Santos criticou a instituição escolar operante até aquele momento. A argumentação do autor foi a de que a escola não proporcionava instrução que pudesse fortalecer o nacionalismo e fazer o povo mais homogêneo. Argumentava que a escola não havia recebido os cuidados necessários pela República e as várias reformas não contemplavam um plano seguro e benéfico para a instrução pública. Com base nisso, destacou a necessidade de melhorar o padrão do ensino, pois no seu entendimento, as desigualdades decorrem das diferenças na educação recebida e a preparação da nova geração deveria considerar o pleno desenvolvimento do indivíduo, o que fica esclarecido em:

Que o ensino assim cuidado desça sobre a alma da criança, aproximando quanto possível da natureza, iluminando-a, como um halo de luz resplandecente, cortando, como essa extraordinária nebulosa, a que pertencemos, toda a curvilinearidade, toda a esfera, que elle possa abranger, na vida nacional, para que a criança de hoje, seja amanhã, no convívio da communhão brasileira e de todo mundo, não o juguete das pequeninas paixões desencontradas, mas o arbitro consciente dos seus, dos nossos destinos. (SANTOS, 1910, p. 269).

Dr. Claudino dos Santos (1910) ainda acrescentou na conclusão de sua palestra que, para se concretizar a formação adequada, a criança deveria receber o preparo de um lado por sua mãe e por outro por seu mestre.

Com os discursos mencionados acima, percebemos que circulava naquele momento em Curitiba o ideal de construir um projeto educacional moderno e que contribuísse para que as crianças fossem preparadas para a vida adulta, sem desvincular da mulher a sua função social de cuidar do lar e dos filhos.

Conforme apontado por Rossi (2009) houve no Brasil, durante a Primeira República, uma apropriação dos princípios de projetos educacionais da modernidade. Rossi observou que desde a época da Revolução Francesa, a escolarização foi considerada como uma forma de construir a nacionalidade, e para isso, recorreram às ideias iluministas.

Da mesma forma no Paraná, e com a revista “A Escola”, observamos que houve a circulação desses ideais da modernidade, que foram apropriados e serviram como uma referência para um projeto de renovação educacional. Rossi (2009) enfatizou como nesse período a educação adquiriu um caráter regenerador por muitos intelectuais que buscavam a unidade da nação, e a escola neste sentido foi um veículo para construir os símbolos e legitimar a República. “A renovação educacional buscava homogeneizar as referências sociais do país” (ROSSI, 2009,

p. 92). Em outras palavras, ao ensino caberia a tarefa de criar “[...] uma nova cultura nacional, fundamentada nas noções de civismo” (p. 93).

Ainda acrescentou em seu estudo que essa preocupação de desenvolver a democracia estava presente em vários intelectuais. “[...] a educação cívica era entendida não apenas como um meio para se instruir sobre a Pátria e seus símbolos, mas para habituar os escolares à prática da moral cívica” (ROSSI, 2009, p. 94). Assim, podemos visualizar esse contexto em Curitiba com a revista “A Escola”, no qual intelectuais defenderam um projeto de renovação educacional. Este projeto tinha como intenção fazer da escola pública primária uma instituição civilizadora, que disseminaria entre os alunos o sentimento pátrio e os valores civis e morais. Na sequência foram abordados os discursos que demonstram esta concepção de que a escola deveria desempenhar um papel na formação do cidadão.

3 A instrução pública e o dever do cidadão

Conforme estudo de Rossi (2003), com o advento da República, e a laicização do ensino, a moral religiosa foi substituída pela disciplina de Instrução Moral e Cívica. Esta disciplina se destacou nos relatórios dos agentes escolares, do estado de São Paulo, conforme a escola primária se associou ao caráter civilizatório das crianças e jovens. “[...] o ensino de Moral e Cívica pretendia, por um lado, a formação moral no que se refere aos costumes e à civildade e, por outro, legitimar e exercitar os sujeitos na vida republicana [...]” (ROSSI, 2003, p. 175). Desta forma, a escola pública primária foi vista como meio de viabilizar um projeto civilizador e desenvolvidor do sentimento pátrio, formando os alunos em cidadãos cientes de seu dever.

Na revista “A Escola”, o primeiro exemplar apresentou o artigo A Missão da Escola, escrito por Lourenço de Souza. Neste artigo esteve presente a associação da escola com o projeto civilizador, pois Lourenço de Souza (1906) defendeu a importância da escola primária. De acordo com Souza, a escola primária seria uma instituição civilizadora e compartilha a visão de que a escola era um fator poderoso do progresso e felicidade social. Sua missão seria de desenvolver as crianças, norteadas pelo seu caráter para a moral, a ciência. Nas palavras de Souza temos:

Mas para que essa preexcelsa instituição produza esses magnificentíssimos resultados de aperfeiçoamento e regeneração das colectividades sociaes, é forçoso que ella se não desvie jamais da estrada ampla e luminosa que a deve conduzir triumphantemente ao termo da sua superrima e civilizadora missão (SOUZA, 1906, p. 3).

Lourenço de Souza (1906) não foi o único a atribuir o papel civilizatório da escola pública primária. Em 1906, n. 6, julho, a revista “A Escola” iniciou com um artigo intitulado: Instrução Cívica. Grandeza de encargo que incumbe à mocidade; assinado por Droz. O texto começou com uma reflexão sobre as gerações. Novas gerações atingem a idade de servir a pátria, participar da vida adulta, e afirmou que para o futuro ser próspero a nação precisava receber de suas novas gerações “os alimentos para sua grandeza e força” (DROZ, 1906, p. 103). O texto é quase um apelo aos jovens, no qual o autor utiliza de argumentos para conscientizar a importância do cidadão:

Moços, vós sois a esperança da pátria, vós sois o reforço de que ella tem necessidade para preencher os vacuos abertos pela morte. A patria muito cedo vos confiará o encargo de vigiar pelos seus destinos: pesada responsabilidade á qual vós não podereis vos subtrahir. Vossos paes, para alcançarem a liberdade, tiveram luctas muitas vezes sanguinolentas. E' a herança mais preciosa que elles puderam vos deixar, porque sem ella os outros bens seriam de pouco valor. A patria conta comvosco para manter esta herança, e tanto quanto é possível para a augmentar e desenvolver (DROZ, 1906, p. 103).

Droz (1906), neste trecho, destacou a defesa da liberdade e ressaltou os deveres e os direitos do cidadão. Acrescentou, mais adiante, em seu discurso, que as crianças deveriam aprender aquilo que precisariam fazer na vida adulta, e seriam várias essas atividades e deveres (obrigações pessoais, para com a pátria, a família e Deus). E para cumprir seus deveres, ser um cidadão útil e homem honesto, afirmava o autor, era necessário se preparar desde cedo por meio do ensino e da instrução cívica.

Quanto à educação moral, afirmou que sua finalidade seria fazer com que o aluno compreendesse e conhecesse seus direitos e deveres em relação à família e à nação. Seus argumentos demonstraram uma preocupação com o futuro da nação que, no seu entendimento, para alcançar a prosperidade era necessário cidadãos conscientes e preparados para cumprir o seu papel social e a escola teria a finalidade de proporcionar essa formação aos alunos.

Julio D’Alva (1906) neste mesmo número da revista escreveu o artigo: O Segredo da Victoria, no qual citou uma aula magna ministrada pelo engenheiro naval Lourenzo D’Adda, que conviveu com a frota naval japonesa por alguns meses, ocorrida no liceu de Bucaria em Milão. O artigo falava sobre o povo japonês dando exemplo de como conseguiram superar os conflitos (referindo-se à guerra russo-japonesa). Assim afirmava que a superioridade do Japão ocorreu devido à boa instrução e caráter dos soldados, livres do alcoolismo e analfabetismo. Evidenciou

que para os japoneses o mestre era o mais importante da sociedade e por isso atingiram o progresso, vejamos:

São cinco linhas, só cinco linhas, e explicam tudo: as victorias na guerra, os progressos nas letras, as conquistas na sciencia, a cultura na vida social, a solidariedade na dôr, a communhão na alegria, a disciplina nos exercitos, a honestidade na administração, o civismo na politica. Uma nação que tudo fia na sciencia, que em cada aldeia abre um templo á sciencia, que cerca a sciencia de todas as formulas e respeitos do ritual, que faz do mestre-escola um levita e manda que todos os poderes, todos, inclusive o do glaudio, lhe prestem homenagem, é evidentemente invencível; [...] uma nação assim educada desde o berço, só pode fornecer heroes á guerra, estadistas á politica, homens limpos ás finanças, funcçionarios zelosos á administração, sábios ás escolas e exemplos ao mundo. (D'ALVA, 1906, p. 131).

Nesse discurso, a noção de que a escola tem um papel fundamental para a construção da nação foi abordada, utilizando um exemplo prático, o Japão, que, com a valorização do ensino, pautado na cientificidade, alcançou um nível superior de desenvolvimento. Com esse exemplo, intenciona conscientizar a importância da escola para formar bons cidadãos no Brasil e atingir o mesmo resultado do Japão.

O tema da instrução pública e a preparação do cidadão foram retomados pela revista, no ano de 1907, n. 1-4, com o artigo de Dario Vellozo: Subsídios Pedagógicos, no qual defendeu a importância de educação para preparar todos a cumprir a missão social. Dario Vellozo (1907a) argumentou a necessidade de uma reforma no ensino, porém criticou as reformas fragmentadas que estavam ocorrendo, pois entendia que a prosperidade da civilização estava associada à educação escolar. Como argumento fez analogias entre o nível de desenvolvimento dos países europeus Espanha X Alemanha e Irlanda X Escócia.

Outro artigo que utilizou um país como argumento que demonstrasse a relação entre a instrução pública e a formação do cidadão, para a prosperidade da nação, foi o texto de Lourenço de Souza, com o título de: A Instrução na Rússia, que demonstrava a concepção de Lourenço de Souza (1907), de que a falta de instrução e o analfabetismo deixaria um país mergulhado na escuridão. A situação da Rússia foi utilizada como exemplo das consequências negativas da baixa instrução de um povo. A ignorância deixa o povo sem condições de perceber um governante déspota e não há a liberdade necessária para a civilização prosperar, afirmando que:

A instruccao é a base unica do progresso social e do verdadeiro patriotismo, assim como a escuridão do espirito tem como consequencia logica e necessaria o atrazo e a covardia de um povo. Não pode ter a alma afervorada de civismo quem não aprendeo a amar a patria. Chegado o momento em que lhe cumpre o dever sacrosanto de pagar á patria o doloroso tributo de sangue, elle só tem para com ella a mais criminosa indiferença. (SOUZA, 1907, p. 30).

Neste texto a Rússia foi descrita como uma nação atrasada e como consequência da situação foi apontada a política e a educação. No âmbito político foi destacado o fato da Rússia não ter um regime Republicano que, de acordo com o autor, era fundamental para a verdadeira civilização, no que se refere ao ensino, o destaque foi o fato de existir alto índice de analfabetismo (90% de acordo com Souza) e, para embasar seus argumentos, foram apresentados outros índices do ensino na Rússia.

Seguindo o tema da importância da instrução pública e os deveres do cidadão, no ano de 1908, n. 2, maio/junho, no artigo: O Ensino Nacional, Manoel P. Frazão destacou a educação que todos os cidadãos deveriam ter. De acordo com seu artigo, o ensino, o professor e os exemplos que os alunos adquirissem na escola seriam importantes para que entendessem que a lei é para todos e que não devem ser passivos no caso de má atitude de governantes, como explica:

E' muito difícil aos meninos (e não é raro acontecer também aos adultos) compreender a diferença que ha entre a lei, a que todos devem obediência, começando pelas autoridades, e o capricho dos que governam a que se deve oppor alguma resistência. Se o mestre faz ver tudo isso por meio de exemplos, como explica por meio de problemas as regras da arithmetica, os meninos assim educados entrarão na sociedade, não só instruídos e ágeis, como sabendo tirar-se de um grande numero de dificuldades na vida. (FRAZÃO, 1908, p. 44).

Frazão destacou que era necessário que a escola se preparasse para essa missão de dar uma educação completa. Para Frazão, a escola até aquele momento estava desorientada e que a verdadeira necessidade, da sociedade e da República, era de cidadãos cientes de seu papel social, dos seus direitos e deveres, cientes da soberania popular e, agindo de acordo com a inteligência, garantiriam que a República cumprisse seu papel e, conseqüentemente, atingiriam o desenvolvimento social.

O dever social dos cidadãos também foi destaque no artigo de Alfredo Munhoz, em 1908, n. 3-5, julho/setembro, com o título: O Dever. Para o autor, a ideia do dever levava o indivíduo a agir de forma correta e digna. De acordo com Munhoz (1908), todo cidadão deveria ser ciente de seus direitos e exercê-los para que a sua pátria tivesse o melhor governo. Essa concepção de que o cidadão deve agir conscientemente para construção de uma sociedade próspera e uma República forte reaparece nesse artigo, quando os argumentos de Munhoz retomam a noção de que a escola deveria preparar o indivíduo para a vida e a Educação Moral e Cívica na escola, pois o cidadão preparado iria exercer os seus direitos e exigiria um bom governo para sua pátria e, desta forma, teria um desenvolvimento harmônico.

Em 1909, n. 2-3, julho/agosto, o dever do cidadão foi retomado no texto Subsídios Pedagógicos, escrito por Dario Vellozo, no qual afirmava que com a Educação Cívica os cidadãos se tornariam conscientes para agir pelo bem público. Porém, Dario Vellozo (1909b) lamentou que no ensino faltassem escolas utilitárias e afirmava que o ensino, naquele momento, era insatisfatório e apontou como solução, reformas. Seu argumento foi de que a escola deve formar homens aptos para a vida adulta. “O Paraná, como o Brasil, não cuidou ainda em adaptar o ensino público às necessidades de sua função econômica e cívica” (VELLOZO, 1909b, p. 51). Para justificar seus argumentos, destacou que a compreensão dos direitos e dos deveres sociais faria com que na vida adulta os homens agissem pela razão e trabalhassem em prol do desenvolvimento econômico e social.

Ainda em 1909, n. 4-5, setembro/outubro, no artigo: Ainda a Escola Moderna, Dario Vellozo (1909c) publicou novamente uma reflexão sobre a finalidade da educação. Na sua concepção a sociedade contemporânea precisava pensar no ensino não só nas questões pedagógicas, mas também no seu caráter social e cívico. Utiliza o termo “missão” ao se referir que a escola deve encaminhar os alunos para a vida adulta e lamentou novamente a falta de iniciativa do governo em relação ao ensino público primário.

4 Considerações finais

A noção de que a instrução pública tem como finalidade proporcionar uma educação capaz de conscientizar e capacitar as crianças para a vida adulta, visando ao cumprimento de sua função social como bons cidadãos, esteve presente no periódico, desde o ano de 1906, e foi retomado nos anos seguintes, até o último ano de circulação da revista, em 1910. Buscando demonstrar a importância do dever do cidadão, utilizaram, como argumentos, a realidade de alguns países com o intuito de demonstrar a urgência em reformular o ensino para proporcionar o progresso do país.

Identificamos que a defesa de uma Renovação Educacional foi um dos argumentos utilizados para a substituição do ensino religioso e a inclusão da Educação Moral e Cívica. Os discursos demonstraram a concepção de que a instrução deveria também proporcionar uma formação intelectual, física e moral.

Conforme observamos o advento da República foi um período no qual a escola pública primária foi considerada como uma forma de desenvolver o sentimento pátrio e colocar em

prática um projeto civilizador. A escola foi representada pelo periódico como uma instituição capaz de desenvolver nos alunos a consciência de cidadãos, desta forma agiriam para o bem estar social ao entenderem, defenderem e praticarem seus direitos e deveres civis.

Como argumentos afirmavam que a escola desempenharia um papel civilizatório e, por esse motivo, deveria formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos. Considerando o período, com o advento da República, o desenvolvimento do sentimento nacional e do patriotismo fortaleceria as instituições republicanas e, desta forma, promoveria o desenvolvimento nacional.

Referências

- ANDRADE, Maria Lucia de. Dario Vellozo e a escola moderna: a renovação do pensamento educacional o Paraná (1906-1918). *In*: VIERIA, Carlos E. (org.). **Intelectuais, educação e modernidade do Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007. p. 191-215.
- BILAC, Olavo. A língua portuguesa. **A Escola**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 65-68, maio 1906.
- CARVALHO, Marta Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. São Paulo: Ed. São Francisco, 1998.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010. Acesso em: 20 dez. 2016.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. *In*: LYNN, H. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- COARACY, Vivaldo. A escola moderna. **A Escola**, Curitiba, v. 3, n. 6/8, p. 135-136, out./dez. 1908.
- D'ALVA, Julio. O segredo da victoria. **A Escola**, Curitiba, v. 1, n. 7, p. 129-137, ago. 1906.
- DROZ. Instrução cívica: grandeza de encargo que incumbe a mocidade. **A Escola**, Curitiba, v. 1, n. 6, p. 103-104, julho 1906.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço progresso. *In*: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 83-102.
- FRAZÃO, Manoel P. O ensino nacional. **A Escola**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 41-45, maio/jun. 1908.
- MACEDO, F. R. A. Epistolas pedagógicas. **A Escola**, Curitiba, v. 2, n. 6-7, p. 67-71, jun./ jul. 1907.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. Fontes e história das instituições escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria
- Quaestio, Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 397-417, maio/ago. 2019.

Isabel Moura. (orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Palmas: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2004. p. 65-83.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em Debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2. p.91-103.

MELO, Rosany Joicy. **Dario Vellozo e a criação da revista pátria e lar: uma estratégia educacional para uma Curitiba Republicana. (1912-1913)**. 2016. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UEM, Maringá, 2016.

MUNHOZ, Alfredo. O dever. **A Escola**, Curitiba, v. 3, n. 3-5, p. 83-85, jul./set. 1908.

PARANÁ, Sebastião. A escola. **A Escola**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-2, fev. 1906.

ROSSI, Ednéia Regina. **"Insuladas tribos": a escola primária e a forma de socialização escolar: São Paulo (1912-1920)**. 235 f. 2003. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Assis, 2003.

ROSSI, Ednéia Regina. O projeto de educação da modernidade e a constituição da identidade da nação brasileira na Primeira República (1889-1929). *In*: NEVES, Fatima M.; ROSSI, Edneia R.; RODRIGUES, Elaine. (orgs.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009. v. 4. p. 89-102.

SANTOS, Claudino dos. Ligeira excursão pelos domínios da psychologia do ensino. **A Escola**, Curitiba, v. 5, n. 7-12, p. 262-269, jul./dez. 1910.

SOBRAL, Armandio. A instrução no Japão. **A Escola**, Curitiba, v. 2, n. 8-9, p. 134-136, ago./set. 1907.

SOUZA, Lourenço. A missão da escola. **A Escola**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 2-4, fev. 1906.

SOUZA, Lourenço. A Instrução na Rússia. **A Escola**, Curitiba, v. 2, n. 1-4, p. 27-30, jan./abr. 1907.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 10, n. 51, p. 9-28, nov. 2000. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0016/3185/InivaA_A_o_educacional_no_seculo_XiX-_aconstruA_A_o_do_curriculo_da_escolca_primA_ria_no_Brasil.pdf. Acesso em: 26 jun. 2017.

SOUZA, Veríssimo de. O prisma da educação com suas quatro cores. **A Escola**, Curitiba, v. 5, n. 4-6, p. 209-211, abr./jun. 1910.

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicos. **A Escola**, Curitiba, v. 2, n. 1-4, p. 1-3, jan./abr. 1907a.

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicos. **A Escola**, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 47-51, maio 1907b.

BOGONI, Marcia Ferreira Pinto; RODRIGUES, Elaine. A República e o cidadão: propostas para o ensino de educação moral e cívica no Paraná - (1906 a 1910).

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicos: da instrução publica. **A Escola**, Curitiba, v. 2, n. 8-9, p. 107-112, ago./set. 1907c.

VELLOZO, Dario. A escola moderna. **A Escola**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 3-12, jun. 1909a.

VELLOZO, Dario. Subsídios pedagógicos. **A Escola**, Curitiba, v. 4, n. 2-3, p. 46-61, jul./ago. 1909b.

VELLOZO, Dario. Ainda a escola moderna. **A Escola**, Curitiba, v. 4, n. 4-5, set./out. 1909c.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.